



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 230/2023

Processo Licitatório nº: 18.520/2023

Processo de Impugnação n.º: 33.119/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 230/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, pelo período de 12 (doze) meses.

IMPUGNANTE: CAMILA PAULA BERGAMO

IMPUGNADO: EDITAL

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa CAMILA PAULA BERGAMO, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 230/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a Impugnante:

*"a existência de cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, eis que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo nacionais, requerendo que (1) passe a constar o DOT de 12 (doze) meses, (2) deixe de exigir a etiquetagem para os pneus dos itens que não possuem, (3) seja permitida a apresentação de catálogos ao invés de amostras, (4) seja retificado o edital de acordo com a legislação no que concerne aos limites estabelecidos pela cota reservada de até 25% para ME/EPP, (5) seja exigido que as licitantes participantes do certame utilizando-se dos benefícios da LC n. 123/2006 apresentem, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de faturamento dos últimos 12 (doze) meses."*

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante:

*"O recebimento da presente Impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;"*

*"Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital;"*

**"QUE SEJA INCLUÍDO NO EDITAL EM APREÇO QUE OS LICITANTES INTERESSADOS A PARTICIPAR DO CERTAME UTILIZANDO-SE DOS BENEFÍCIOS DA LEI 123/06,**



Comissão de Pregão III

*APRESENTEM, JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO DOS ÚLTIMOS 12 MESES, TENDO EM VISTA QUE A SIMPLES DECLARAÇÃO DE EPP/ME PERMITE QUE EMPRESAS QUE JÁ NÃO ESTÃO MAIS ENQUADRADAS NO ANO/CALENDÁRIO POSSAM UTILIZAR-SE DO BENEFÍCIO DE FORMA ILEGAL, COMETENDO FRAUDES NA LICITAÇÃO;"*

*"Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações."*

IV. DA ANÁLISE

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as alegações são técnicas, tema que foge ao domínio da Pregoeira, o assunto foi submetido à Secretaria Requisitante para análise e manifestação, e após à Procuradoria Geral do Município para análise dos aspectos jurídicos recorridos a fim de subsidiar a decisão ante a impugnação interposta.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, afirma que não assiste razão à impugnante e que foram elucidadas todas as questões técnicas, conforme manifestação de fls. 22/34 (parte integrante desta decisão).

**V. MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA**

Reputando a manifestação da Secretaria Requisitante parte integrante desta decisão, que esta Pregoeira adota como fundamento para decidir, resta comprovado que não assiste razão à recorrente, motivo pelo qual deverão ser mantidas na íntegra, todas as exigências do edital em comento.



Comissão de Pregão III

VI. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa CAMILA PAULA BERGAMO, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 230/2023, no mérito, NEGO PROVIMENTO pela alteração do edital em comento.

Nova Friburgo, 08 de dezembro de 2023.

**Eliza Souza Machado**  
Pregoeira - Comissão de Pregão III